

Copyright (c) 2023 Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Fonte: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/projectare/article/view/5407>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Referência

COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de; LENOIR, Juliette Anna Fanny. Práxis extensionista transformadora: panorama da assessoria sociotécnica do grupo periférico na luta pelo direito à cidade. **Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, [S.l.], v. 1, n. 13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/projectare.v1i13.5407>. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/projectare/article/view/5407>. Acesso em: 17 ago. 2023.

**PRÁXIS EXTENSIONISTA TRANSFORMADORA: PANORAMA DA
ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA DO GRUPO PERIFÉRICO NA LUTA PELO DIREITO À
CIDADE**

*TRANSFORMING EXTENSIONIST PRACTICE: OVERVIEW OF THE SOCIOTECHNICAL
ADVISORY OF THE PERIPHERAL GROUP IN THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO
THE CITY*

*PRAXIS EXTENSIONISTA TRANSFORMADORA: PANORAMA DE LA ASESORÍA
SOCIOTÉCNICA DEL GRUPO PERIFÉRICO EN LA LUCHA POR EL DERECHO A LA
CIUDAD*

Gabriel Ribeiro Couto
arq.gabrielribeiro@gmail.com

Liza Maria Souza de Andrade
lizamsa@gmail.com

Juliette Anna Fanny Lenoir
lenoir.arquiteta@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama geral dos projetos de assessoria sociotécnica da resistência em Arquitetura e Urbanismo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Esse grupo entrelaça tecnociência solidária, baseada no interacionismo pedagógico e sociotécnico, com o Direito Achado na Rua. As práticas apresentadas abordam temas da Arquitetura e do Urbanismo tão variados quanto as configurações socioespaciais encontradas no território do Distrito Federal (DF) e entorno: territórios informais, regularizados ou regulares, na área urbana ou rural. O Grupo Periférico tem contribuído para solucionar problemas sociais, mediar conflitos socioambientais, na construção da autonomia, conscientização, conciliação de saberes, emancipação, mobilização e empoderamento dos sujeitos coletivos de Direito do DF e entorno, bem como para a produção de conhecimento, incluindo saberes populares em práticas emergentes.

Palavras-chave: Periférico; Extensão Universitária; Tecnociência Solidária; assessoria técnica; direito à cidade.

ABSTRACT

This article aims to present an overview of the sociotechnical consultancy projects of resistance in Architecture and Urbanism developed by the research and extension group “Peripheral, Emerging Works” of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of Brasília. This group intertwines solidary technoscience, based on pedagogical and sociotechnical interactionism, with the Law Found on the Street. The practices presented address themes of Architecture and Urbanism as varied as the socio-spatial configurations found in the Federal District (DF) and surroundings: informal, regularized, or regular territories, in the urban or rural area. The Peripheral Group has contributed to

solving social problems, mediating socio-environmental conflicts, building autonomy, awareness, conciliation of knowledge, emancipation, mobilization, and empowerment of collective subjects of Law in the DF and surroundings, as well as for the production of knowledge, including knowledge popular in emerging practices.

Keywords: Peripheral; University Extension; Solidarity Technoscience; technical assistance; right to the city.

1. Introdução

Em pleno centenário de Darcy Ribeiro e de celebração dos 60 anos da Universidade de Brasília (UnB), vivemos em uma conjuntura de crise sociopolítica e sanitária junto à investida “austeritária” de desdemocratização, ataque e desvalorização da ciência e da educação. Esse duplo movimento reforça o caráter institucional de resistência da UnB, que sobreviveu um terço de sua história sob as sombras da ditadura militar, enfrentando diversas intervenções e ataques e resistindo como protagonista no movimento de Reforma Universitária brasileira. Como afirma Rafael Villas Bôas: “Lembrar esses 60 anos é recuperar nossa resistência histórica aos processos autoritários, o de antes e o de hoje. Significa ainda reforçar o papel fundamental da ciência, da educação e da cultura para a construção, a transformação e a democratização social”.

Esse cenário nos convoca a refletir sobre a importância da universidade pública no Brasil atual. Portanto, este artigo recorta essa conjuntura, partindo do pressuposto de que a universidade cidadã é aquela integrada à sociedade, aos movimentos populares e aos coletivos na construção de redes sociotécnicas. Reflete-se, aqui, sobre possibilidades de ações transformadoras da realidade, a fim de democratizar o acesso e a produção do conhecimento, conduzindo novas formas de construção da cidadania coletiva. A universidade cidadã assume seu compromisso por meio de suas práticas extensionistas emancipatórias, solidárias e resilientes nos territórios e comunidades e se coloca como central na luta pelos direitos humanos frente à ofensiva neoliberal e conservadora do país.

Nesse sentido, a extensão universitária – integrada às pesquisas acadêmicas – representa uma possibilidade importante de construção do conhecimento científico no além-muros universitários, realizando a “ecologização” dos saberes populares (SANTOS, 2011) e tecnologias sociais envolvidas nas comunidades. Essas ações transformadoras da realidade, no processo de construção solidária de novas plataformas cognitivas de cidadania ativa e de emancipação, possibilitam criar métodos, processos e técnicas que contribuem para solucionar problemas sociais e mediar conflitos socioambientais na luta pelos direitos essenciais das populações excluídas no processo de planejamento do território.

As práticas do Grupo Periférico buscam levar a universidade e os saberes técnicos para os territórios de Distrito Federal (DF) e entorno, bem como trazer os saberes populares dos sujeitos sociotécnicos para dentro da universidade. Essa relação dialógica enriquece o desenho técnico do projeto

de Arquitetura e Urbanismo assim desenvolvido a partir das demandas e realidades variadas encontradas nos territórios. Num processo participativo adaptado à comunidade e seus anseios, a assessoria sociotécnica do Periférico auxilia as lutas sociais para o reconhecimento dos direitos básicos à moradia, saúde, educação, transporte, cultura etc.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama geral dos projetos de “assessoria sociotécnica da resistência” em Arquitetura e Urbanismo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU-UnB), entrelaçando tecnociência solidária, baseada no interacionismo pedagógico e sociotécnico, com o Direito Achado na Rua (LYRA FILHO, 1982). Ambos os conceitos se apoiam na práxis transformadora e solidária de emancipação, autonomia e libertação dos movimentos sociais e de suas redes, definidos pela categoria “sujeitos coletivos de Direito” (LYRA FILHO, 1982; SOUZA JUNIOR, 2011). Assim, este artigo mostra como a extensão “pesquisa-ação” da resistência do Grupo Periférico tem atuado e contribuído na luta pelo direito à cidade e contra a injustiça socioambiental nas comunidades do DF.

2. Universidade cidadã: práxis da resistência e solidariedade

Vivemos no Brasil uma conjuntura de crise com efeitos que escancaram cenários de rupturas sociopolíticas, violações de direitos humanos e aumento das desigualdades nas cidades. São alarmantes os retrocessos dos direitos constitucionais e territoriais de povos indígenas e quilombolas, o ecocídio na degradação e crise socioambiental tensionados no ultraneoliberalismo e na paralisia das políticas fundiárias, como também a criminalização de movimentos e lutas por terra e território (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019).

Esses retrocessos estão enraizados nos processos de urbanização capitalistas, de acumulação por espoliação e despossessão (HARVEY, 2003; ROLNIK, 2015), resultando em violências e violações sistêmicas de direitos no campo e na cidade que desafiam e atacam a função socioambiental da terra e do território (SANTOS, 1999). Com o avanço do autoritarismo e conservadorismo no pós-golpe de 2016, também assistimos a ataques e desmontes sistemáticos da educação, provocando cortes de recursos e investimentos em pesquisa, ensino e extensão nas universidades públicas, que, mesmo diante desse cenário, resistem e se reinventam, colocando-se como centrais na luta pelos direitos humanos e reconstrução da democracia no Brasil.

Diante da crise de múltiplas dimensões e da conjuntura atual de desdemocratização, os espaços de participação social na discussão das políticas públicas foram interrompidos, ferindo direitos constitucionais e determinações do Estatuto da Cidade. Assim, as universidades públicas têm papel chave na formulação de políticas de ciência e tecnologia, a fim de democratizar o acesso e a produção do conhecimento, conduzindo a novas formas de construção da cidadania coletiva. Seu compromisso,

como universidades cidadãs, é envolver a sociedade por meio de pesquisas e ações galgadas em práticas emancipatórias, solidárias e resilientes nos territórios e comunidades. Portanto, é imperativo pensar na emergência de soluções democráticas participativas no nível local, dos bairros e comunidades. São essas que permitirão reconhecer e fortalecer identidades, de modo a criar possibilidades e potencializar experiências comunitárias de solidariedade, criando cidades e bairros educadores (ANDRADE; LOUREIRO, 2020).

Nesse sentido, a extensão universitária assume centralidade social, a partir da transposição dos muros da universidade, de modo a incluir saberes e táticas coletivas na construção solidária de novas plataformas cognitivas de cidadania ativa e de emancipação. Isso possibilitará criar métodos, processos e técnicas que contribuam para solucionar problemas sociais e mediar conflitos socioambientais na luta pelos direitos essenciais das populações excluídas no processo de planejamento do território (ANDRADE *et al.*, 2019).

Nessa esteira, Boaventura de Souza Santos (2011; 2019) destaca o papel significativo da extensão universitária diante do avanço do capitalismo, de políticas neoliberais e de austeridade. O autor sustenta que a justiça global só poderá existir por meio de uma mudança epistemológica que garanta a justiça cognitiva global. Essa ruptura poderá então fazer frente efetiva à progressiva fragilidade e insuficiência das soluções sociais e políticas de combate à desigualdade e discriminação atuais.

A extensão universitária é o eixo do tripé institucional da universidade que dialoga com a sociedade pela atuação direta de professores, técnicos e estudantes junto a comunidades, grupos, coletivos, instituições e movimentos populares, por meio de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove uma interação social transformadora (FORPROEX, 2012). Entretanto, Paulo Freire (1977) – no livro “Extensão ou comunicação?” – convoca repensarmos criticamente a semântica envolvida na palavra extensão, muitas vezes limitada à redução dos “sujeitos coletivos de Direito” (SOUZA JÚNIOR, 2001) envolvidos nessa relação a meros objetos receptores das ações extensionistas, negando suas dimensões transformadoras da realidade.

Essa relegação dos saberes populares, em sua maioria, é voltada para a manutenção das desigualdades e exclusão socioespaciais nos territórios por ações esporádicas de caráter imediato e paliativo ou mera prestação de serviços assistencialistas (JEZINE, 2004). A comunidade científica ainda está presa às amarras do produtivismo, cientificismo, empreendedorismo e inovacionismo (DAGNINO, 2019; NEDER, 2017).

Nesse sentido, há incompatibilidade e descompasso entre o termo “extensão” e uma ação educativa de caráter realmente libertador (FREIRE, 1977). Deve-se questionar as diversas hierarquias hegemônicas dos saberes, investindo nas relações dialógicas entre sujeitos e territórios, para então alterar os cenários sociais que necessitam de mudanças. Assim, essa transgressão dialógica além-muros é meio

pelo qual a universidade realiza a “ecologização” dos saberes populares (SANTOS, 2011) e tecnologias sociais envolvidas nas comunidades, em ações transformadoras da realidade.

Essa ecologização entre saberes exige pensarmos em uma “tecnociência solidária” nas ações de extensão, conceituada por Dagnino (2019), como decorrência cognitiva da ação coletiva sobre um processo de trabalho autogestionado e cooperativo (participativo), ou seja, é a própria integração das tecnologias sociais com a economia solidária. Assim, a conscientização, mobilização, participação e empoderamento dos movimentos populares se tornam fundamentais para buscar políticas públicas e decisões políticas do Estado e, assim, gerarem conhecimento para produção de bens e serviços (ANDRADE *et al.*, 2019).

A tecnologia social, segundo Dagnino (2019), é todo produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado. Já a economia solidária é um espaço constituído por redes de produção e consumo baseado nos meios de produção e na autogestão, capaz de expandir-se, adquirir sustentabilidade e atenuar a exclusão social (ANDRADE *et al.*, 2019). A reaplicação da tecnologia social supõe o caráter de escalabilidade e a apropriação dessa tecnologia pela própria comunidade, o que implica em envolvê-la de forma participativa no processo e compensatória em termos de renda ou melhoria da qualidade de vida (DAGNINO, 2019).

Essa reaplicação e apropriação da tecnologia social foi pensada por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) como Adequação Sociotécnica (AST), englobando a tecnologia social como um processo de construção social entre sujeitos. A AST coloca como foco a incorporação da categoria “sujeitos coletivos de Direito” até então excluídos dos processos de tomada de decisão e desenvolvimento tecnológico, periféricos nos desenhos da tecnologia convencional e hegemônica, considerando as demandas e preocupações socioeconômicas e ambientais. Então, o conceito de AST busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico não apenas visando a questão tecnocrática e técnico-econômica, mas também englobando outros aspectos que envolvem as estratégias de sobrevivência dos sujeitos e comunidades e sua ligação com o território e a natureza, constituindo a relação tríade ciência-tecnologia-sociedade (CTS) (NEDER, 2016).

3. Convergências emancipatórias: o Direito Achado na Tecnociência Solidária

Nesse contexto, o Grupo de Pesquisa “Periférico, Trabalhos Emergentes” da FAU-UnB trabalha com a noção de cidadania sociotécnica do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPCTS) na assessoria técnica. Diante do impasse da democratização dos processos de mudança tecnológica, as práticas do interacionismo propostas pela Pedagogia Freiriana também fazem parte da abordagem da AST, assumindo que existe uma questão político-cognitiva e identitária do sujeito sociotécnico (principalmente os espoliados, movimentos sociais, operários, agrários, entre outros) e sua relação com

o território e a natureza. Essa junção dialógica faz com que os sujeitos do conhecimento científico possam compartilhar seus códigos técnicos com os sujeitos coletivos de Direito organizados, dando origem ao conceito de “interacionismo pedagógico e sociotécnico”.

O Grupo Periférico visa alcançar a tecnociência solidária com o desenvolvimento de metodologias ativas e de inclusão social, participando do desenvolvimento – de baixo para cima (*bottom up*) – de tecnologias sociais no processo de assessoria sociotécnica às comunidades e territórios do DF e entorno. Portanto, os projetos de Arquitetura e Urbanismo interdisciplinares e transdisciplinares nas áreas de promoção da saúde, economia solidária e direitos humanos, considerando os sujeitos sociotécnicos (NEDER, 2016; DAGNINO, 2019) e suas práticas emergentes, identidades e saberes populares, buscam contribuir para a transformação dos lugares a partir de trocas de saberes no processo de assessorias sociotécnicas.

Esse interacionismo pedagógico e sociotécnico do Grupo Periférico dialoga e se entrelaça com a teoria epistemológica do Direito Achado na Rua (DANR), expressão criada pelo professor Roberto Lyra Filho (1986) que, na sua práxis, cuida de realizar “a conciliação da produção de conhecimento com as necessidades sociais (brasileiras), concretizando o sentido utópico transformador” do próprio Direito (SOUZA JUNIOR, 2012, p. 7) como uma plataforma de emancipação. Assim,

[...] o Direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação – enquanto desvenda progressivamente os impedimentos da liberdade não lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos”, até se consumir, pela mediação dos Direitos Humanos, na “enunciação dos princípios de uma legítima organização social da liberdade (LYRA FILHO, 1982).

Lyra Filho reconhece esse espaço de cidadania sociotécnica ativa como experiência emancipatória que emerge transformadora dos espaços públicos, onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática (SOUZA JUNIOR, 2011). Esse processo de emancipação procura restituir a confiança no poder de quebrar as algemas que aprisionam os sujeitos sociais de direito em meio às opressões e espoliações que os impedem de exercitar a capacidade de transformar seus destinos e de conduzir a sua própria experiência na direção de novos espaços de emancipação (LYRA FILHO, 1982; SOUZA JUNIOR, 2011).

Os sujeitos sociotécnicos tornam-se agentes capazes de elaborar um projeto político de transformação social, desenvolvendo práticas sociais criadoras de direito a partir de suas práticas cotidianas, e estabelecendo tecnologias sociais que estruturam relações solidárias para a construção de uma sociedade alternativa que supere as condições de espoliação e de opressão (SOUZA JUNIOR, 2015). Portanto, a tecnociência solidária, no desenvolvimento de metodologias ativas englobadas no processo de construção social na extensão, com foco na incorporação de sujeitos sociotécnicos, configura-se como práxis dialógica de conciliação de saberes, na libertação e emancipação entrelaçadas

ao Direito Achado na Rua, que posiciona as universidades públicas com suas práticas extensionistas no centro da luta pelos direitos humanos e protagonistas na resistência frente à ofensiva neoliberal e conservadora do país:

Buscamos [...] a segunda visão da concepção ideológica da extensão, [...] na linha freiriana, que visa potencializar a universidade cidadã pautada na transdisciplinaridade, na intersetorialidade, no compromisso social e solidário, como instituição pública que viabiliza a organização política de grupos sociais. Para além da consciência crítica, almeja-se a intervenção na realidade numa perspectiva transformadora e libertadora, da autonomia do sujeito ou das comunidades envolvidas (ANDRADE; LOUREIRO, 2020, p. 293).

Mas, afinal, a assessoria sociotécnica do Grupo Periférico na extensão tem contribuído para promover a tecnociência solidária? É possível que a universidade cidadã promova uma verdadeira atuação no processo de transformação da realidade social nas cidades e no campo, além da emancipação dos sujeitos coletivos de Direito? Considerando as práticas extensionistas nos territórios no âmbito da participação social do macroplanejamento urbano e do microplanejamento nos projetos de Arquitetura e Urbanismo, os projetos desenvolvidos pelo Grupo, apresentados adiante, tentam responder a essas questões.

4. Práxis da resistência transformadora: a extensão na FAU-UnB e a atuação do Grupo Periférico na luta pelo direito à cidade

[...] não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade (FREIRE, 1985, p. 27).

Na gestão atual, o Decanato de Extensão da UnB investiu fortemente na política de extensão, visando à democratização do conhecimento científico e à integração entre pesquisa e extensão nos territórios do DF, por meio de editais de fomento à criação de novos programas e Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEAC), como também, de novos polos de extensão nas Regiões Administrativas do DF.

A experiência de extensão da FAU-UnB em assessoria sociotécnica nos últimos anos tem sido desenvolvida em três níveis diferentes: formação, profissionalização e especialização. No nível de formação, destacam-se as ações do Escritório-Modelo fundado em 2002, Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável (CASAS), reconhecido e institucionalizado como PEAC desde 2009, com o Programa de Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura (PATUA); e as Ações Sociais em Arquitetura e Urbanismo Sustentáveis (ASAS). O EMAU/CASAS vem desenvolvendo um papel importante na formação dos estudantes com o objetivo de garantir cada vez mais aproximação e contato destes com as realidades sociais dos territórios.

Mesmo com todos os desafios e dificuldades na sua manutenção e permanência, o EMAU plantou sementes junto à demanda crescente por parte dos estudantes para trabalhar com a realidade concreta da prática profissional em arquitetura social, tendo em vista a enorme distância dos arquitetos com projetos sociais voltados às camadas mais pobres da população (MONTANER; MUXÍ, 2013).

Assim, percebeu-se a possibilidade de dar continuidade na extensão do EMAU/CASAS com os trabalhos finais de graduação que, em grande parte, são muito distantes dessas realidades sociais concretas e não conseguem acessar os territórios e comunidades.

Questionando a prática profissional do arquiteto-urbanista, nessa conjuntura desafiadora de necessidade de formar universitários mais conscientes do papel social junto aos territórios na luta pelo direito à cidade, nasce o Grupo PEAC “Periférico, trabalhos emergentes”, em 2013, em parceria com o EMAU/CASAS e posteriormente registrado no CNPq em 2017 (devido à extensa produção acadêmica advinda dos projetos de extensão).

O Grupo Periférico atua em vários territórios do DF e entorno no desenvolvimento de pesquisas e assessoria sociotécnica sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico, relacionados à produção do espaço no campo e na cidade, e integrados no formato “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”. Trata-se de ensino-pesquisa-extensão como um *continuum*, abrangendo associações comunitárias, movimentos populares (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)), comunidades das periferias, entidades ambientalistas, bem como comunidades camponesas e comunidades tradicionais (ANDRADE *et al.*, 2019).

Desde 2018, o Periférico também vem atuando em assessoria técnica no nível de especialização da pós-graduação, com a Nucleação da Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (RAU+E/UFBA) em habitação e direito à cidade, além de pesquisas de mestrado e doutorado. No contexto do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPTCS), o Periférico está construindo e implementando a extensão na pós-graduação no formato de Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) – *Habitat*, Agroecologia, Trabalho e Saúde.

Pretende-se envolver as famílias na criação de microprojetos, aliando os arranjos locais com as tecnologias sociais englobadas em temas como agroubania; saúde e saneamento; direito à cidade; entre outros. Atualmente, junto com o EMAU/CASAS, o Periférico está trabalhando no processo de regularização fundiária na Ocupação Urbana Irmã Dorothy Stang, na região de Sobradinho/DF e na comunidade Santa Luzia, na Cidade Estrutural/DF, região do antigo lixão de Brasília, nas bordas do Parque Nacional.

Assim, o Periférico tem atuado na assessoria sociotécnica da resistência, contra a injustiça socioambiental nos territórios, na luta pelo direito à cidade, que engloba a luta pela moradia, água, saneamento e regularização fundiária. O processo envolve as comunidades, articulando e agenciando as associações e coletivos para a elaboração de planos de bairro e de vilas e projetos de habitação social, urbanismo participativo em ocupações urbanas.

Pretende-se incidir e contribuir no processo de regularização fundiária, como também na pedagogia urbana em escolas públicas, espaços socioprodutivos no campo, construção de ambientes mais sustentáveis e agroecológicos em assentamentos rurais, planejamento afrrural em territórios quilombolas, entre outros. Todo esse arcabouço de práticas sociotécnicas extensionistas contabiliza aproximadamente 40 trabalhos até o momento.

Considerando o conceito de adequação sociotécnica (AST) no qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de “interacionismo pedagógico e sociotécnico”, o processo de projeto do Periférico é dividido em 5 etapas que são inter-relacionadas: (1) análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade; (2) elaboração e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas; (3) oficinas de participação, mapas mentais, mapas afetivos e jogo dos padrões; (4) construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão; e (5) entrega do caderno técnico ilustrado. Esses métodos e técnicas variam de acordo com o perfil da comunidade e envolvimento do pesquisador.

5. Projetos e tipologias espaciais: Periférico na luta pelo direito à cidade

A partir dessas experiências que se acumularam, surgiu a necessidade de o Grupo formular definições e sistematizações abrangentes para as situações diversas encontradas no seu recorte territorial de atuação, sendo possível enxergar o trabalho realizado em perspectiva regional. Assim, foi possível reconhecer 11 tipologias espaciais diferentes, as quais foram definidas com base nas especificidades morfológicas dos vários trabalhos desenvolvidos, vinculadas ao entendimento do espaço na sua dimensão social multifacetada, valorizando potencialidades sociotécnicas imbricadas às identidades locais, posteriormente transformadas em padrões (ANDRADE, 2014).

Na perspectiva do direito à cidade, entende-se que a localidade (urbana ou rural) e situação fundiária incidem no tipo de projeto desenvolvido. Os projetos na área rural buscam caracterizar a relação cidade-campo, difundir os princípios da permacultura e a reivindicação da posse frente às pressões do agronegócio. Os projetos na área urbana, em localidades irregulares ou regularizadas, trazem soluções para o direito à cidade na luta contra a especulação imobiliária; os projetos em localidades regulares subsidiam as resistências de minoridades sociais discriminadas ou atividades marginalizadas. O Quadro 01 e a Figura 01 demonstram as variedades de localização e consequente variedade e tipos de projetos e metodologias do Grupo Periférico:

Quadro 01: Tipologias espaciais dos trabalhos do Grupo de pesquisa Periférico (2019).

CATEGORIA	TIPOLOGIA	PROJETOS DO PERIFÉRICO
Rural	T1 – Ocupação de Comunidade Tradicional	Quilombo Mesquita (GO); Kalunga (turístico)
	T2 – Assentamento Rural Produtivo	Assentamento do Pequeno Wiliam; Assentamento Oziel Alves III; pré-assentamento do Renascer
Regular	T3 – Requalificação Urbana	Valparaíso (GO); Cavalcante (GO); Praia do Cerrado (Lago Sul); Asa Norte da 15 e 16 e das 900 às 400 (Táticas Urbanas Emergentes sob a perspectiva de gênero); CONIC (Plano Piloto)
	T4 – Extensão Urbana	Luziânia (São Caetano – GO); Formosa (Taboquinha – GO)
	T5 – Ocupação Temática	Cooperativa 100 dimensões (Riacho Fundo); Mercado Sul (Taguatinga)
Regularizado	T6 – Vila Pioneira	Vila Telebrasília; Vila Planalto
	T7 – Assentamento Urbanizado	Varjão; Estrutural; Itapoã; Sol Nascente (QNR e Trecho 2)
Informal	T8 – Ocupação com conflito socioambiental	Santa Luzia; Vila Cauhy
	T9 – Ocupação em Vila Cultural	Vila Cultural (Plano Piloto)
	T10 – Assentamento Informal	Assentamento Dorothy Stang; Assentamento Irmã Dulce
	T11 – Catadores/Moradores de rua	ARIE Cruls (Noroeste)

Fonte: Juliette Lenoir (ANDRADE *et al.* 2019).

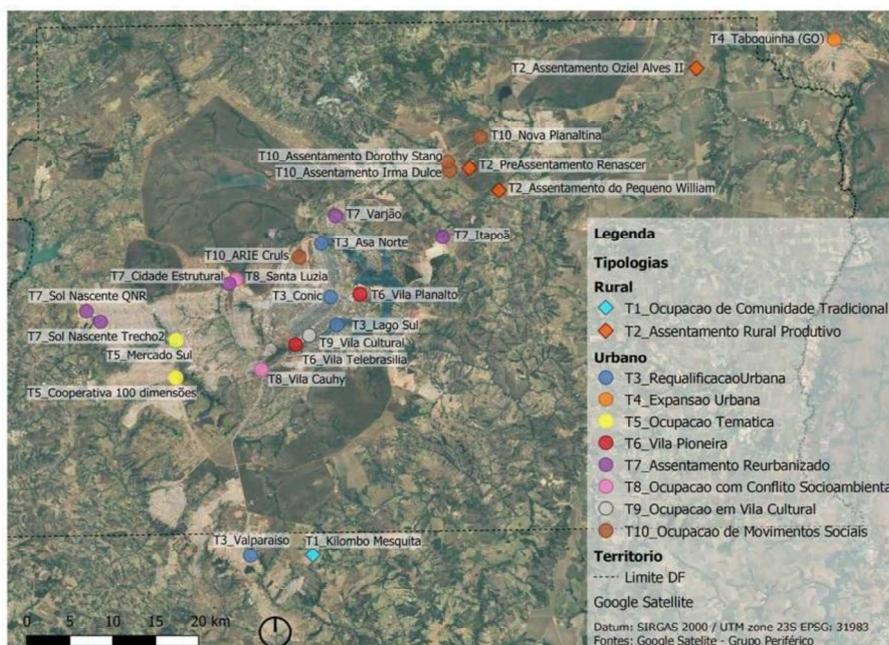


Figura 01: Mapeamento de localização dos projetos e pesquisas no contexto do DF e entorno. Fonte: LENOIR, (ANDRADE *et al.*, 2019, p. 213).

5.1. O Direito Achado nos territórios rurais e comunidades tradicionais

Os trabalhos desenvolvidos nesses contextos conseguem reestabelecer a relação campo-cidade ao resgatar os processos produtivos e tecnologias sociais dos sujeitos coletivos sociotécnicos como processo de transformação e emancipação do contexto. Foram definidas duas tipologias de trabalho: “Ocupações em Comunidades tradicionais” (T1) e “Assentamentos Rurais Produtivos” (T2). Em terras ocupadas originalmente por povos tradicionais (T1), o auxílio técnico na demarcação e valorização do território tem se revelado importante frente aos conflitos socioambientais promovidos pelos *lobbys* ruralistas nesses territórios.

O caso do Quilombo Mesquita, na fronteira entre o DF e Goiás, cujo território deveria estar garantido, vem sofrendo ataques, sendo sua população obrigada a ter que proteger seus direitos fundiários, suas heranças culturais e seus modos de vida. Nesse contexto, o Trabalho Final de Graduação (TFG) de Mariane Paulino, “Planejamento Afrorural: escalas para a preservação territorial e identitária”, foi desenvolvido e o processo de regularização fundiária do Quilombo Mesquita segue atualmente em curso como pesquisa de mestrado. Após esse trabalho, o Periférico contou com mais duas ações na região, que incluíram a valorização e o reconhecimento do patrimônio edificado e das manifestações culturais. A assessoria sociotécnica se desenvolveu em parceria com a Residência AU+E/UFBA com os residentes Amanda Sicca, com o trabalho “Territórios da identidade: praça Maria do Nascimento”, e José Pereira Braga e Cyntia Silva, com o trabalho “Lugares de Memória do Quilombo Mesquita”.

Em paralelo a esse contexto, desenvolveu-se assessoria sociotécnica para os territórios Kalungas do Engenho II, em Cavalcante/GO, por Talita Maboni, com o trabalho “Sentido Kalunga: arquitetura como instrumento de qualificação do espaço turístico”. Nesse território, a própria comunidade se beneficia do turismo ecológico das cachoeiras, mas não consegue se beneficiar financeiramente da riqueza da sua identidade cultural, por falta de espaço físico adequado para receber os turistas.

As comunidades da tipologia (2) “Assentamento Rural Produtivo”, formada por grupos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), adotam produção agrícola familiar orgânica e também lutam para que o seus direitos à terra sejam reconhecidos frente às pressões e conflitos socioambientais do *lobby* do agronegócio. Até o momento, foram desenvolvidos no Grupo Periférico projetos com as comunidades de três assentamentos das zonas rurais do DF. O projeto “Espaços Socioprodutivos no Pequeno William”, de Camila Maia, por exemplo, parte dos princípios de sustentabilidade, da permacultura e da participação, como condutores dos processos de pesquisa e projeção conjunta. Ele resgata a prática produtiva como cultura e veículo da interação comunitária, buscando abrigar atividades que dialogam com o saber tradicional de origem e sua adequação às exigências sanitárias de comercialização (Figuras 02 e 03).



Figuras 02 e 03: Práticas e saberes agroecológicos no assentamento Pequeno Willian. Fonte: Grupo Periférico, 2020.

A partir desse trabalho e envolvimento conquistado entre camponeses, estudantes e professoras em outros espaços, os camponeses do Pequeno Willian graduados em Agroecologia pelo IFB-Planaltina Acácio Machado e Gustavina Alves adquiriram bolsas de estudos para pesquisas no curso Reabilita do PPG-FAU em 2017. Esse processo extensionista é caracterizado por Boaventura de Souza Santos (2011) como “extensão ao contrário”, e se baseia na união entre os saberes populares e técnico-científicos, num processo solidário e transformador de emancipação, autonomia e libertação desses sujeitos coletivos de direito (ANDRADE; LOUREIRO, 2020; LYRA FILHO, 1982; SOUZA JUNIOR, 2011).

O Periférico desenvolveu dois trabalhos no Assentamento Oziel Alves III. O TFG “Céu na terra: construindo cenários sustentáveis no Assentamento Oziel Alves III” trata da infraestrutura ecológica e agroecologia, sendo desenvolvido por Raíssa Gramacho. No processo, pôde-se observar forte presença de tensões com relação à desigualdade fundiária e acesso à água potável. Assim, o projeto permitiu, a partir das relações comunitárias e espaciais, um planejamento territorial de ocupações ecossistêmicas, potencializando o valor ambiental existente no assentamento. A partir de diálogos, os agricultores expuseram que a seca dos reservatórios dos mananciais demandou maior profundidade das cisternas e poços e reduziu as áreas alagadas. Assim, o projeto incidiu no diagnóstico participativo e indicou soluções de desenho estratégico e local que garantisse a resiliência e autonomia dos agricultores por meio de práticas agroecológicas e permaculturais.

O segundo TFG realizado no Assentamento Oziel Alves III, em 2019, denominado “Território, Arquitetura e Alimentação: Cozinha-Escola, As do Cerrado”, foi desenvolvido em parceria com a Incubadora de Cooperativas Populares FUP/NPCTS/CEAM/UnB por Monique Nogueira. O projeto produziu uma cozinha-escola para que o coletivo de mulheres “As do Cerrado” – constituído por oito mulheres que resistem às dificuldades impostas pela vida e suas histórias de fome, violência, trabalho pesado e luta – pudessem processar os produtos alimentícios e destiná-los à venda. Os produtos têm origem na produção agroecológica delas mediante uma relação entre território, plantio, produção e venda. O coletivo conquistou sustento a partir dessa relação, produzindo e comercializando seus produtos, mas tenta junto à Incubadora viabilizar e promover a independência financeira dessas mulheres.

5.2. O Direito Achado nos territórios urbanos regulares

Além das tipologias T3 e T4, os projetos de assessoria sociotécnica da resistência da tipologia “Ocupação temática” (T5) se vinculam a espaços ocupados para utilização com fins específicos variados. É o caso do projeto de Gabriela Heusi na Cooperativa 100 Dimensões de reciclagem, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo, bem como do Mercado Sul. Esse primeiro cumpre um papel de resistência social, cultural e política, reivindicando o direito à cidade e a “função social” dos imóveis ocupados, consolidado no cenário cultural de Taguatinga/DF, e de luta por sua permanência contra a especulação imobiliária e um processo de reintegração de posse com situação de despejo iminente imposto por seu pressuposto proprietário oficial. O Grupo Periférico e o EMAU-CASAS auxiliaram os artistas e moradores do Mercado Sul na reivindicação do seu papel de agente cultural local, já que contribuíram para a valorização do edifício e do patrimônio imaterial, graças às ações culturais desenvolvidas.

5.3. O Direito Achado nos territórios urbanos regularizados

Além da T6, “Vila Pioneira”, a tipologia T7, “Assentamento Urbanizado”, trata de ocupações que foram regularizadas ou ainda estão em processo de regularização. Os projetos desenvolvidos refletem as diversas necessidades dos lugares e comunidades envolvidas, que, mesmo regularizadas formalmente, mantêm carências em variadas dimensões, comprometendo a efetivação do direito à cidade nesses territórios. Essa tipologia engloba projetos de qualificação do espaço urbano como: a “Rua do Jovem do Varjão”, desenvolvido por Natália Magaldi; o “Parque Sementes”, por Priscila Miti; o projeto de pedagogia urbana no Itapoã “Projeto Rima: fazendo da cidade um grande aprendizado”, desenvolvido por Carol Nogueira; e o projeto de intervenção nos espaços livres do Sol Nascente para capacitação do espaço público “Espaços públicos no Sol Nascente, construindo urbanidade”, de Mayara Neres.

5.4. O Direito Achado nos territórios urbanos informais

A demanda por projetos que buscam o urbanismo participativo, como forma de resistência aos processos neoliberais de especulação, despossessão e expulsão aliada à violação de direitos cresceu por razão da Lei Federal 13.465/2017 (BRASIL, 2017), que dispõe sobre processos de regularização fundiária urbana (Reurb), mas ignora a política urbana regulamentada, ao dispensar a provisão da infraestrutura pelo poder público e tender ao favorecimento da grilagem de terras no território urbano do DF.

No DF, havia 508 ocupações informais em zonas urbanas e rurais (SEDUH-DF, 2017), e dados da revisão atual do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) mostram que ainda existem 343 delas (SUPLAN/SEPLAN/COPLU/DIREG, 2021), que não estão no mapa do PDOT-2009 como Áreas de Regularização de Interesse Social ou de Interesse Específico (ARIS ou ARINES). Trata-se de áreas

invisibilizadas em que as infraestruturas de saneamento são pontuais, precárias ou inexistentes (ANDRADE *et al.*, 2022).

Segundo a Lei 13.465/17 (BRASIL, 2017), a modalidade Reurb-S (regularização urbana de interesse social) não está mais atrelada à delimitação de Zona Específica de Interesse Social (ZEIS), o equivalente no DF às ARIS. Assim, uma vez regularizada, o uso da área não será condicionado ao interesse social, mas funcionará como estoque fundiário a ser capturado pelo mercado imobiliário. No DF, as ARIS e ARINE somam 81.227 lotes ocupados, isto é, 264.800 habitantes, considerando a taxa média de ocupação de 3,26 hab./ domicílios (PDAD, 2018).

O art. 35, inciso IV, da Lei 13.465/17 (BRASIL, 2017) prevê a realização de projetos urbanísticos como item essencial para realização da regularização fundiária, sendo essa a etapa cujos planos de bairro e projetos podem ser inseridos no processo de regularização. Em razão desse quadro agravante, a procura por assessoria do grupo Periférico vem de uma demanda de áreas de ocupações que necessitam de um projeto de urbanismo para se tornarem passíveis de regularização; tais projetos de urbanismo não são foco dos técnicos de governo, devido à elevada demanda habitacional.

Nesse sentido, na tipologia T8 “Ocupação com conflito socioambiental”, destacam-se os trabalhos em Santa Luzia (Cidade Estrutural/DF) e na Vila Cauhy (Núcleo Bandeirante/DF), ambas situadas a menos de 15km da Praça dos Três Poderes. O território de Santa Luzia cresceu junto com a Cidade Estrutural (regularizada) pela progressiva ocupação por trabalhadores do Lixão da Estrutural, produzindo um espaço urbano que, a partir da autoconstrução habitacional, revela padrões orgânicos de desenho urbano e ausência de infraestrutura básica, compondo um cenário de alta precariedade e irregularidade territorial. Parte do assentamento se localiza na faixa de 300 metros de tamponamento da Unidade de Conservação do Parque Nacional e enfrenta risco iminente de remoção de 15 mil famílias.

Por essa razão, os pesquisadores do Grupo Periférico vêm desenvolvendo vários projetos de assessoria sociotécnica na cidade. Para analisar as possibilidades e problemas vinculados ao Polo de Extensão da UnB na Estrutural, integram-se ao trabalho de extensão “Cidades Saudáveis: mobilização e agenciamento de ações de infraestrutura ecológica para melhoria do *habitat*” e o Projeto de Iniciação Científica “Informalidade e Água” com os trabalhos “Santa Luzia Sensível à Água”, desenvolvidos por Gabriel Perucchi e Guilherme Nery, o “Plano de Bairro de Santa Luzia”, de Átila Rezende, e o “Habitação Coletiva e Participação Popular para as Mulheres Poderosas, de Sofia Portugal.

Posteriormente, foi criado o Projeto de Pesquisa “Ecossistema Urbano: análise dos impactos da ocupação urbana da Chácara Santa Luzia nos fluxos de água e na vegetação nativa nas bordas do Parque Nacional de Brasília e propostas de adequação com soluções baseadas na Natureza”, que engloba a dissertação de mestrado “Diretrizes para o Equilíbrio de Ecossistemas Urbanos em Ocupações Informais: proposições para a ocupação Santa Luzia-DF (2021)”, de Vinícius Rezende, para estudar a complexidade socioambiental, argumentando a possibilidade de permanência da população no território (Figura 04).



Figura 04: Imagem aérea da Ocupação Santa Luzia. Fonte: ANDRADE, 2021.

A Vila Cauhy, onde Pedro Ernesto desenvolveu o projeto do Plano de Bairro, passa pelas mesmas tensões socioambientais. O trabalho demonstrou que, nessa ocupação urbana – de mais de 40 anos –, o maior empecilho não são as construções situadas em zona de proteção dos recursos hídricos e mananciais, mas, sim, os conflitos entre os diversos atores em disputa no território. Ao mesmo tempo, o processo participativo e de construção coletiva do Plano de Bairro levou a um envolvimento da população que reverberou na modificação física dos espaços pela comunidade, mesmo antes da regularização pelo governo. Esse caso também reforça como a atuação do Periférico incide nos casos de injustiça socioambiental.

A tipologia T10, “Ocupação de Movimento Social”, abrange as ocupações recentes em que a população procurou o Grupo Periférico para receber um auxílio técnico na reivindicação do seu direito à moradia. A Ocupação Dorothy Stang teve início em 2015, com aproximadamente 544 famílias, organizada pelo movimento social Frente Nacional de Luta (FNL). Hoje, ela conta com mais de 600 famílias que vêm buscando se fortalecer por meio da criação da “Associação de Moradores, Lutadores e Apoiadores do Residencial Dorothy Stang” (AMREDS). A ocupação localiza-se na Região Administrativa de Sobradinho, no Setor Habitacional Nova Colina, em ARIS (PDOT-2009).

A demanda e a necessidade do projeto urbanístico levaram a Associação a buscar a assessoria sociotécnica do Grupo Periférico e do EMAU/CASAS. Assim, estabeleceu-se um vínculo com a Extensão da FAU/UnB, por meio de um PEAC intitulado “O Cantinho de Todos: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes”, desenvolvido no âmbito da graduação, junto a pesquisas de pós-graduação (mestrado). Esse processo conjunto contribuiu para inserir a ocupação nas áreas passíveis de regularização fundiária do DF, como “ARIS Dorothy Stang”, mediante

um Projeto de Lei Complementar (SEDUH – PLC da Reurb, 17/11/2020) que será votado na Câmara Legislativa do DF entre 2021 e 2022 (ANDRADE *et al.*, 2022). Os projetos de urbanismo e de habitação com características mais sustentáveis desenvolvidos no processo participativo em conjunto com arquitetos, estudantes e pesquisadores, permitiram à SEDUH adotá-los de modo integral, deixando sob sua responsabilidade as etapas dos projetos executivos e cadastrais (Figuras 05, 06 e 07)



Figura 05: Processo participativo com a comunidade Dorothy Stang. Fonte: ANDRADE, 2019.



Figuras 06 e 07: Comemoração do Dorothy Stang pela inclusão no PLC. Fonte: ANDRADE, 2021.

Esses casos revelam a importância da metodologia ativa acessível e interativa desenvolvida durante o processo participativo de projeto, com foco na incorporação de sujeitos sociotécnicos e de códigos geradores (ANDRADE, 2014). É um processo que busca a conciliação de saberes de modo dialógico por meio do “interacionismo pedagógico e sociotécnico”, contribuindo na emancipação dos sujeitos coletivos de Direito.

6. Considerações finais

O presente artigo questiona se a assessoria sociotécnica do Periférico na extensão tem contribuído para promover a tecnociência solidária, e se a universidade cidadã, por meio das práticas extensionistas, tem promovido uma verdadeira atuação no processo de transformação social dos territórios. Pela densidade de práticas apresentadas, acreditamos que o Grupo Periférico, por meio da assessoria sociotécnica em planejamento espacial e habitacional, tem contribuído para a autonomia, conscientização, conciliação de saberes, emancipação, mobilização e empoderamento dos sujeitos coletivos de Direito organizados em associações sociais e movimentos populares do DF e entorno, bem como para a produção de conhecimento, incluindo e conciliando os saberes populares e as práticas emergentes.

A práxis extensionista do Grupo Periférico, atravessada pela tecnociência solidária entrelaçada à práxis do Direito Achado na Rua, mostra-se transformadora, desenvolvendo e apresentando novas plataformas cognitivas de cidadania ativa e de emancipação, por meio de métodos, tecnologias sociais e processos inovadores em Arquitetura e Urbanismo. Essas práticas e tecnologias emergentes têm contribuído para solucionar problemas sociais, mediar conflitos socioambientais e potencializar identidades e saberes populares de populações excluídas na luta pelo direito à cidade. Portanto, considerando o cenário atual de crise, retrocessos e ataques, a universidade cidadã, por meio da práxis extensionista transformadora, segue resistindo e se reinventando, e reforça sua centralidade na transformação e (re)democratização do país.

Referências

ANDRADE, L. M. S. de. Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas), Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544f

ANDRADE, L. M. S. de.; LOUREIRO, V. A. “quadríade” ensino-pesquisa-extensão-gestão e a universidade cidadã: a experiência da política de gestão da extensão na FAU-UnB. In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban (org.). Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020.

ANDRADE, L. M. S. de; LOUREIRO, V.; LEMOS, N. S.; LENOIR, J. A. F. Extensão e tecnociência solidária: periférico no DF e entorno. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 26, n. 38, p. 189-234, 1º sem. 2019.

_____. Assessoria sociotécnica da resistência do Grupo Periférico no contexto da Reurb-S no DF: a linguagem de padrões auto-organizados como códigos geradores de processo de projeto de urbanismo para a Ocupação Dorothy Stang. In: CAMPOS, Martha Machado, MIRANDA, Clara Luiza, JORGE, Liziane de Oliveira Jorge e de ALMEIDA, Lutero Proscholdt de. Outra arquitetura social: assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo. Editoras: EDUFES e AsM Editora. Vitória, 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. [...]. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19169484/do1-2017-07-12-lei-no-13-465-de-11-de-julho-de-2017-19169182. Acesso em: 15 abr. 2022.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **PDAD 2018 – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 2018 Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/> Acesso em: 20 abr. 2022.

DAGNINO, R. **Tecnociência Solidária, um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DISTRITO FEDERAL. SEDUH. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação**. Geoportal, 2017. Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/mapa/#>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012. Disponível na RENEX <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (1ª edição, 1969).

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 3ed. São Paulo: Loyola, 2003.

JEZINE, E. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2019. p. 171-190.

LYRA FILHO, R. **O que é direito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. Desordem e Processo: um prefácio explicativo. In: DOREODÓ ARAUJO, Lyra (org.). **Estudos sobre o Direito em homenagem a Roberto Lyra Filho**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundo alternativos**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2013.

NEDER, R. T. Interacionismo sociotécnico e cultura de resistência em políticas de incubação de cooperativas populares: sete dimensões estratégicas em ETCP como agência, como indicadores de avaliação Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária. In: **Democracia e economia solidária: impasses e oportunidades**. Juazeiro do Norte – Universidade Federal do Cariri, 2016.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Boaventura sobre Future-se: “trata-se de transformar a universidade de um bem comum em investimento lucrativo**. [Entrevista cedida ao] Notícias Proifes, Brasília, DF, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/boaventura-sobre-future-se-trata-se-de-transformara-universidade-de-um-bem-comum-em-investimento-lucrativo>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, ano 1, n. 1. Universidade Federal Fluminense, 1999.

SOUSA JUNIOR, J. G. de. et al. (org.). **Série El Derecho desde La Calle: Introducción Crítica al Derecho a la Salud**. Brasília: FUB, CEAD, v. 6, 2012.

_____. et al. (org.). **Série O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Brasília: CEAD; FUB, v. 5, 2011.

_____. et al. (org.). **Série O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito de Transição na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília; CEAD; Ministério da Justiça; Comissão de Anistia, v. 7, 2015.